

Editorial

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL : EM BUSCA DA JUSTIÇA SOCIAL

A justiça social, em sua concepção mais abrangente, se sustenta na luta contra a negação do direito estabelecido e na criação de ambientes, momentos e diálogos que contrabalançam a injustiça social. Essa é uma missão complexa, que exige o engajamento de diversos atores e instituições que simbolizam efetivamente a visão democrática e a participação coletiva nessa esfera. Se não se avança de maneira significativa na forma de trabalho que promove a emancipação, surge a argumentação de que instituições como escolas, universidades e a educação formal não conseguem democratizar o ensino (com a qualidade esperada) e que a abordagem coletiva tem progredido timidamente ao longo da história. Certamente, isso se deve ao fato de que as profundas questões estruturais não foram suficientemente questionadas de forma contínua. Entretanto, no decorrer da história, as esferas epistemológicas, sociais, políticas e pedagógicas alcançaram algumas melhorias, e ficou evidente, nesse contexto, que a ampliação dessas iniciativas pode ser considerada, desde que expressa por diferentes grupos e suas representações reconhecidas e legitimadas. Contudo, essas iniciativas continuam vulneráveis a mudanças e restrições, ora sob a forma de política governamental, ora como política de Estado.

Ao considerar essas nuances, é fundamental que educadores, pesquisadores e a sociedade em geral reflitam sobre a lógica atualmente utilizada para avaliar a qualidade da educação. Essa lógica, voltada para o alcance de escores em testes padronizados de escala global, impõe um modelo que precisa ser questionado — exige-se, portanto, uma contra lógica ou uma nova lógica. A performance da escola, da universidade, o trabalho docente, a precarização do trabalho e sua consequente mais-valia são todos efeitos de um modelo hegemônico que, crise após crise, justifica a adoção de novos arranjos para atender às exigências do mercado. Não por acaso, a democratização da educação tornou-se um discurso recorrente nas políticas de Estado e nas diretrizes de projetos e programas promovidos por organismos multilaterais, muitas vezes em paralelo às reivindicações de movimentos sociais, grupos de docentes organizados, universidades e centros de pesquisa. O fato de essa temática ocupar um lugar central na agenda educacional indica que as questões anteriormente levantadas exigem respostas concretas. No entanto, a problematização que daí decorre não é simples e demanda atenção às múltiplas implicações envolvidas.

Ao se estabelecer uma agenda de políticas públicas e considerar numericamente as oportunidades sociais, o número de profissionais da educação em áreas apropriadas, os rankings e escores alcançados por escolas e alunos, é impossível ignorar a crescente aproximação entre os interesses do mercado e os objetivos do Estado, a ponto de parecerem unívocos. Sob a lógica econômica vigente nos contextos capitalistas, tais arranjos são apresentados como o principal motor da

democratização de direitos, da justiça social e do empoderamento nas escolhas e decisões dos cidadãos — conquistas supostamente nunca antes alcançadas.

É justamente nessa direção que se desenha o ciclo das políticas nos países signatários da economia transnacional. No entanto, o que se verifica, na prática, é uma democratização meramente discursiva e instrumental, que exclui os sujeitos de sua condição de produtores e autoprodutores de seus destinos. Estes são, em vez disso, preparados para uma letargia do consumo irrefletido — como se estivessem sendo medicados indevidamente —, enquanto as instituições mantêm intacta a formação das elites intelectuais. À maioria da sociedade, resta apenas o papel de se adequar às demandas do mercado, numa narrativa que procura justificar a suposta universalidade e equidade do sistema capitalista, vendendo a ilusão de oportunidades para todos.

A educação, enquanto eixo estruturante da constituição cidadã do ser, não deveria ser tratada como mercadoria, como frequentemente ocorre nas políticas formuladas por Estado e mercado. Em vez de a economia determinar o tipo de educação a ser desenvolvida, é o próprio conceito de economia que deveria estar a serviço de uma finalidade educativa, já que ela existe para o ser histórico e por ele é constituída, como campo do conhecimento e das relações humanas de produção.

A análise da relação entre educação, trabalho e sociedade certamente comporta diversos desdobramentos e pontos de vista distintos dos aqui apresentados. Ainda assim, destaca-se que o diferencial do presente número não reside apenas na análise reflexiva dos condicionantes pedagógicos ou na discussão de programas e ênfases particulares, mas sim na tentativa de lançar luz sobre os objetivos sociais, políticos e culturais da educação. Trata-se de refletir sobre o grau de participação, de diálogo e de direcionamento que se imprime às políticas educacionais, a fim de concebê-las como estratégias efetivas para o desenvolvimento e para a construção de uma ideia mais ampla de justiça social.

Os Editores